

**CONTRATO EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº. 011/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021001770

Contrato de Emergencial para prestação de serviços, celebrado entre o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS** e a profissional **CLAUDIA ELISA ALVES**.

PREÂMBULO:

DAS CONTRATANTES

Pelo presente instrumento as partes, de um lado o **Município de Inaciolândia**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, por interveniência do **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS**, pessoa jurídica de direito público, situado à Av. Sete Lagoas, nº 19-A, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 14.868.880/0001-27, aqui representado pela Gestora a Sra. **SANDRA MARTINS CAIXETA**, brasileira, casada, residente e domiciliado à Avenida Mato Grosso, Qd. 03, Lt 18, Centro, na cidade de Inaciolândia-GO, inscrito na Cédula de Identidade RG sob o nº 3335633 SSP/GO e do CPF nº 699.587.931-72, residente e domiciliado na rua José Goes, nº 35, bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado **CONTRATANTE** e de outro a profissional **CLAUDIA ELISA ALVES**, brasileira, assistente social inscrição no CRESS/GO nº 07211, portadora do CPF nº 977.642.801-00, RG. 4533356 DGPC/GO residente e domiciliado a rua João de Oliveira Gouveia, nº 07, Centro, na cidade de Gouvelândia estado de Goiás, denominado simplesmente **CONTRATADA**, subordinados às cláusulas e condições que se seguem e considerando a Lei 8.666/93, tem-se por justo e acordado.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aos 01 dias do mês de março de 2021.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento de Contratação de profissional para prestação de serviços de Assistente Social, será regido pelas disposições constantes da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instrução normativa – IN nº 13/2012 TCM/GO e suas alterações



posteriores, conforme **Processo Administrativo nº 2021001770**. Firmado nos termos do **Ato de dispensa de licitação nº.082/2021 de 01 de março de 2021**.

(CLÁUSULA PRIMEIRA)
Do Objeto do Contrato

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a Contratação de profissional qualificada para prestação de serviços de Assistente Social junto ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, pela CONTRATADA, que se obriga e comprometem dentro de suas aptidões e técnicas profissionais, com zelo, assiduidade, urbanidade e dedicação, nos atendimentos, pertinentes a sua capacidade profissional em datas e horários fixados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Inaciolândia-Goiás.

Clausula Segunda
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços de que trata este contrato de prestação de serviços serão prestados no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do município de Inaciolândia e em outros lugares que seja necessário para o bom desenvolvimento das atividades contratadas mediante prévia designação por intermédio de ato do contratante.

Clausula Terceira
DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato vigorará iniciando-se na data da sua assinatura dia **01 de março de 2021**, data esta que fixará também o prazo para cumprimento das obrigações assumidas pela contratante, encerrando no dia **01 de maio de 2021**, podendo ser prorrogado nos termos da lei 8.666/93 por igual e sucessivo período.

Clausula Quarta
DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos serviços prestados, especificados na Clausula Primeira do presente instrumento, a contratada receberá o importe total de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) que serão pagos em 2 parcelas de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) cada.

4.2 - O pagamento será efetuado até o décimo dia útil ao mês subsequente ao vencido com a retenção de previdência ao INSS, nos termos da legislação pertinente.

Cláusula Quinta
DA CARGA HORÁRIA

5.1. - A profissional **CRENCIADA** cumprirá carga semanal definida para cada caso a ser determinada pela Gestora Municipal do F.M.A.S, por meio de comunicado interno.

Cláusula Sexta
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos das seguintes dotações orçamentária, do vigente orçamento:

Dotação:

07.0701.08.244.0589.2022 - 339036 - fonte 100.

Cláusula Sétima
DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelas despesas referentes às obrigações fiscais e trabalhistas das pessoas empregadas para execução do serviço aqui contratado.
- II. Efetuar pagamentos na forma e condições contratadas.

7.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. A **CONTRATADA** não poderá transferir para terceiros, o objeto do presente contrato.
- II. Arcar com os custos referentes à Imposto de Renda e Contribuições Sociais advindas deste Contrato.
- III. A realizar os serviços para os quais foi contratada com zelo, eficiência e dedicação, utilizando todos os recursos da medicina colocados à sua disposição.

Cláusula Oitava
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1- O presente contrato poderá ser alterado:

Parágrafo Primeiro Unilateralmente, pelo Município, quando: “for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)”.

Parágrafo Segundo Por acordo entre as partes, quando:

- a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;
- b) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;



- d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- e) Por motivos de força maior.

Cláusula Nona DAS SANÇÕES

9.1- A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro	Advertência;
Parágrafo Segundo	Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos.
Parágrafo Terceiro	Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Cláusula Décima DA RESCISÃO

10.1- Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos **CONTRATANTES** em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com os Artigos 77 à 79, seção V, da Lei Federal nº.8.666/93, onde observado o interesse público não gerará qualquer ônus ao erário.

10.2- A rescisão em se tratando de interesse público não gerará direito a quaisquer tipos de indenização.

10.3- A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades escritas na Lei Federal nº.8.666/93, Capítulo IV, Seção I, art.'s 81 à 108, bem como nas estabelecidas no Edital de Licitações e neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público com prazo de até 02 (dois) anos.

10.4- No caso de rescisão unilateral em razão da necessidade pública, está notificará a contratada com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias acerca da necessidade e decretação da rescisão.



Cláusula Décima Primeira
DA MULTA

11.1- Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2- Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos.
- d) As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.3. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de prestação de serviços:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o vigésimo dia de atraso.

11.4- Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5- A penalidade prevista na alínea "b" poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6- Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco



anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7- O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.8- A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d", será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.9- Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.10- As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.11- As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Cláusula Décima Segunda **DAS QUESTÕES DIVERSAS**

12.1- O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações e ainda:

- a) As partes **CONTRATANTES**, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na cláusula décima primeira e na Lei n.º 8666/93 e suas posteriores alterações;
- b) A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Termo de Referência referente a este processo.
- c) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Terceira **DOS CASOS OMISSOS**

13.1- Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e ainda aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.



**Cláusula Décima Quarta
DO FORO**

14.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Cachoeira Dourada de Goiás, Estado de Goiás, para nele dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

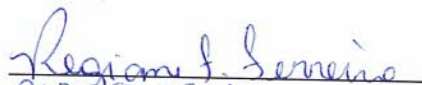
E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.


Inaciolândia-GO, 01 dias do mês de março de 2021


SANDRA MARTINS CAIXETA
Gestora do FMS
Contratante


CLAUDIA ELISA ALVES.
CPF: 977.642.801-00
Contratada

Testemunhas:

1º: 
CPF: 913.057.591-72

2º: 
CPF: 072.443.181-10

PUBLICADO
PLACARD
Prefeitura de Inaciolândia
Em 01 / 03 / 2021

Secretário Municipal da Administração
Leonardo Araújo de Oliveira
Portaria nº .062/2021

PLACARD
Imprensa OFICIAL da
Prefeitura de Inaciolândia

